



**ANAIS**

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo  
Contemporâneo**

**IX Colóquio Nacional Cultura e Poder**

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos  
sobre Religiões e Religiosidades**

**V Simpósio Regional da ABHR/Sul**

**Laboratório de  
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

**Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

**2023**

**GT-10: Memórias, Arquivos das ditaduras e pensamento  
social-político religioso**

# PESQUISA E EDUCAÇÃO: ESTUDOS DAS FONTES INÉDITAS DO SNI-PR E O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Guilherme Heerdts Vandresen<sup>1</sup>

Fabio Lanza<sup>2</sup>

José W. A. Neves Jr.<sup>3</sup>

2

## Resumo:

As pesquisas realizadas pelo projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)”, centralizam-se em fontes inéditas sobre o período da Ditadura Militar brasileira, de 1964 a 1985. Para além das contribuições no campo da pesquisa acadêmica, o projeto desenvolve exposições documentais através de produções físicas e audiovisuais e visitas a escolas da região do Norte do Paraná, conectando-o à sociedade em geral. Dessa forma, pretende-se analisar as possibilidades de uso dessas fontes em sala de aula para o desenvolvimento da consciência histórica, em termos rüseneanos. No processo de compreensão do sujeito inserido no tempo, a fonte histórica é essencial, portanto, levá-la a sala de aula e analisá-la em conjunto as bibliografias sobre o tema, torna-se imperativo. Alguns documentos, então, são selecionados e relacionados à realidade da época, especialmente, nos temas da perseguição a determinados grupos considerados subversivos e a criação de uma paranoia pelos agentes da Ditadura; intento voltado, de forma mais específica, ao Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de vigilância, informação e contrainformação do período. O trabalho inicial com as fontes, partindo da análise documental, estende-se então às escolas, com as exposições, permitindo observar os efeitos do contato entre os estudantes e o material; projeta-se, também, desenvolver teoricamente o uso dessas fontes em sala de aula através de aulas-oficinas.

**Palavras-Chaves:** Ditadura Militar Brasileira (1964-1985); consciência histórica; fontes históricas; sala de aula.

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Bolsista PROIC-CNPq – LERR-UEL. E-mail de contato: [guilherme.heerdt@uel.br](mailto:guilherme.heerdt@uel.br)

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFCE-UEL), Londrina/PR. Bolsista Produtividade do CNPq. Email: [lanza@uel.br](mailto:lanza@uel.br)

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Marília). Foi bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL). Pesquisador colaborador do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), vinculado ao Laboratório de Pensamento Político (PEPOL). Email: [nevesjr1991@gmail.com](mailto:nevesjr1991@gmail.com)

---

## O IMAGINÁRIO SOBRE A DITADURA MILITAR

Após as eleições nacionais de 2022, em que o candidato à reeleição e representante da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro, foi derrotado, apoiadores do mesmo invadiram e arruinaram as sedes dos três poderes da República, na capital do país, em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023 (G1, 2023). O movimento, de caráter golpista, já se mostrava presente desde anos anteriores, em que emergem manifestações pedindo intervenção militar – consonantes ao crescimento da extrema-direita no país, cujo recrudescimento pode ser entendido a partir das Jornadas de Junho, em 2013 –, tanto nas ruas, quanto na frente dos próprios quartéis do exército (CARVALHO, 2020. PODER360, 2022.). Entre investigações sobre “indústrias de fake-news” a investigações sobre financiamento do movimento de 08 de Janeiro, os motivos e formatações desses ocorridos envolvem diferentes fatores e disputas de poder, mas vale refletir sobre um dos elementos em evidência: qual a compreensão histórica presente nesses ocorridos e nas discussões sobre o mesmo?

O clamor pela atuação das forças armadas a partir desses grupos é acompanhado da exaltação do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), trata-se da tentativa de ressignificar aquele momento a partir do negacionismo histórico, cuja incongruência pode ser percebida pelas próprias fontes do período, como aquelas produzidas pelo Serviço Nacional de Informações – SNI – que se tornaram públicas e são estudadas no projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto *Opening the Archives* e da CIA (EUA)”, coordenados pelo professor Fabio Lanza (LANZA, 2021). As forças armadas não responderam como desejavam aqueles que pediam intervenção, mas ao longo da história do Brasil elas possuíram papel ativo como atores político, enquadrando-se como um poder moderador o Golpe de 1964 é um dos exemplos dessa atuação, com ele se inicia um período de violação de direitos e diminuição das liberdades (STEPAN, 1975, p.52 apud PIOVANI, 2023, p. 19). Para compreender como manifestantes utilizam sua liberdade política, em 2023, buscando uma forma política que, justamente, inibiria ela, precisamos compreender como se dá o desenvolvimento da compreensão temporal que une passado e presente a fim de projetar um futuro, como se criam as diferentes consciências históricas, conceito trabalhado pelo historiador alemão Jorn Rüsen.

## A DITADURA MILITAR E A VIGILÂNCIA SISTEMATIZADA

A Ditadura Militar brasileira que se inicia após o golpe de 1964 busca realizar no país

uma “modernização conservadora” e para isso era necessário o fundamento da unidade nacional, a fim realizar uma consolidação do consenso – o projeto dos militares -, portanto, o dissenso seria tomado como elemento subversivo, o que significava que precisava ser combatido (LANZA, 2021, p. 05). É nesse sentido, e para manutenção dos grupos castrenses no poder, que se torna necessário um órgão especializado em levantar e organizar informações sobre pessoas e grupos que possam constituir essa ameaça da dissidência, nesse sentido, logo no início da Ditadura, durante o governo Castelo Branco (1964-1967), é criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Idealizado pelo general Golbey do Couto e Silva (1911-1987), o SNI era responsável por coordenar atividades de informação e contrainformação no Brasil e no exterior, portanto, possibilitava monitorar os grupos subversivos e, através disso, legitimar ações contra os mesmos (SAMWAYS, 2013).

O trabalho de vigilância, em conjunto ao posicionamento e discursos narrativos do governo militar criavam o ambiente de paranoia, em que esse suposto inimigo, subversivo, poderia estar em qualquer lugar, era dessa forma que os agentes justificavam sua atuação, infiltrando-se em instituições públicas e privadas e nas redes de ensino, por exemplo, para coletar informações (SAMWAYS, 2013). Esse *modus operandi* possui precedentes como o próprio golpe, em 1964, que já havia sido motivado pela criação de um inimigo fantasmagórico, o hipotético “perigo comunista”, que rondaria o Brasil naquele momento, ameaçando a integridade da nação (MOTTA, 2000). Tratava-se do resultado de uma construção ideológica que partia da ideia de “guerra interna”, desenvolvida no país antes do golpe pela Escola Superior de Guerra (ESG), significava que o inimigo com maior potencial de ameaça – as forças de esquerda subversivas – estava dentro do próprio país, referencial para o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujas inspirações estão em países estrangeiros, como a França e, principalmente, os Estados Unidos da América, que buscava consolidar seu poder na América Latina no contexto da Guerra Fria (NEVES JR, 2019; PRASHAD, 2020).

Os agentes do SNI espalhados por diferentes setores da sociedade constituíam uma verdadeira comunidade de informações, enquanto realizavam a vigilância e levantavam informações, quem executava a repressão eram os grupos englobados pelo CODI-DOI (Centros de Operações e Defesa Interna - Destacamentos de Operação Interna), envolvendo tortura, prisões e assassinatos, tal quais já foram expostos pelas Comissões da Verdade (BRASIL, 2014.). Os documentos produzidos pelos agentes do SNI permitem perceber essas questões presentes na DSN da criação do inimigo interno e consolidação do consenso, o documento 569

de 26 de agosto de 1980 é um deles, intitulado como “Entidades de Proteção ao Índio”, consiste em tabelas com descrição e classificação de três grupos diferentes: Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido (AICD); Associação Nacional de Apoio ao Indígena (ANAI) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (PARANÁ, 1980). A análise desse tema é interessante pois as populações indígenas eram um dos vários grupos que se enquadravam, muitas vezes, na qualidade de subversivos, já que seus modos de vida poderiam ir na contramão da ideia de um Brasil representante dos valores ocidentais e cristãos<sup>4</sup> e da própria base econômica de um desenvolvimentismo excludente, característico da modernização conservadora.

Os dados presentes no documento foram obtidos conjuntamente à delegacia da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A primeira entidade, AICD, possuía uma atuação assistencialista, não estava empenhada na luta indígena propriamente dita – pelo respeito a seu modo de ser e pelas terras que viviam, por exemplo –, nesse sentido, a descrição da atuação e dos objetivos da associação pelos agentes do SNI se limita à: “Evangelização do índio. Apoio na educação, saúde e agricultura [...] atua no campo econômico e assistencial, principalmente evangelizando o índio” (PARANÁ, 1980). Na perspectiva da consolidação do consenso e dos valores ocidentais cristãos, a atuação de evangelização representaria, até mesmo, algo positivo, em contrapartida, a segunda entidade, a ANAI, tinha sua atuação descrita como “Defesa dos índios em todos os aspectos e difusão de uma nova imagem do mesmo, junto à opinião pública das grandes cidades”, nesse sentido, destacavam suas ligações com “as Pastorais da Igreja; com Entidades de Contestação ao Governo; com Associações de Estudantes Universitários; com professores dos Cursos de Antropologia das várias Faculdades no Brasil; com intelectuais e cientistas dos mais diversos no Brasil” (PARANÁ, 1980). O SNI também tinha conhecimento dessa associação com o CIMI, o terceiro grupo presente no documento.

Nas ligações do CIMI também se destacavam essas “entidades de contestação”, e em relação a seus objetivos, os agentes descreviam:

Denunciar à opinião pública nacional e estrangeira possíveis atos contra índios, praticados pelo governo ou particulares; conscientização dos índios para lutarem por eles mesmos, através de Associações próprias e sob orientação do CIMI; preparação de pessoal ‘leigo’ para trabalhar junto aos índios, contestando o órgão tutor (PARANÁ, 1980).

A percepção do CIMI como grupo subversivo já fica evidente nesse trecho e é

---

<sup>4</sup> Algo que se projetava no contexto de Guerra Fria com a DSN e a introdução do conceito de “guerra total” entre ocidente democrático-cristão e oriente comunista-ateu (NEVES JR, 2019, p.47 apud PIOVANI, 2023, p. 09).

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2023, Londrina. Anais X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo  
IX Colóquio Nacional Cultura e Poder  
VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades  
V Simpósio Regional da ABHR/Sul Londrina: UEL, 2023.

fortalecida quando, sobre sua atuação, o SNI destaca:

Atua em todos os campos, com exceção do filosófico; prega a luta do índio contra o governo e contra particulares, fábrica líderes falsos os quais subvenciona com recursos de manutenção; promove ligação desses líderes com líderes sindicais e rurais sem autorização ou conhecimento do órgão tutor. 'Implanta' Projetos em áreas indígenas (PARANÁ, 1980).

Esse documento se caracteriza, então, como um dentre os vários existentes que demonstram a posição do governo militar em relação aos grupos que buscavam lutar pelos seus direitos no período, mantendo vigilância constante e, quando necessário, a ação repressiva. Colocando isso em paralelo ao caso dos manifestantes pedindo intervenção militar na atualidade, faz-nos refletir sobre como as fontes históricas não possuem espaço na formação de uma consciência histórica dos mesmos, ou seja, da interpretação dos acontecimentos no tempo. Torna-se fundamental compreender como se dá a formação histórica em nossa sociedade e projetar formas de trazer mais centralidade à fonte, buscando romper com a noção de que a teoria histórica e a historiografia constituem campo que se desenvolve independente ao campo da didática e da educação ou vice-versa.

### **A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E AS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS**

O contato com uma fonte histórica, tal qual o documento produzido pelo SNI, gera uma experiência histórica. Esse é um conceito trabalhado pelo historiador alemão Jorn Rüsen, que desenvolve as relações da teoria da história e a formulação da Didática da História: para ele, há uma didática específica desse campo relacionada à consciência histórica e sempre vinculada à teoria. A consciência histórica, fundamento da ciência da história, é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”, ou seja, ela é a capacidade de compreender como nós e nosso mundo estão localizados no tempo, afinal, só é possível dimensionar o que é o presente e que ele é passageiro, um momento específico sujeito à mudança, entendendo que existe um passado, para dessa forma, então, poder agir intencionalmente projetando um futuro de forma consciente e orientada (RÜSEN, 2007, p. 57). A consciência histórica se desenvolve nos diferentes momentos e espaços em que se dão as situações elementares da vida prática, afinal, é a partir dela que surgem as carências de orientação – a necessidade de interpretar a realidade, projetando um horizonte de expectativa, o futuro, a partir do campo da experiência, o passado, e dentre isso a ação, o

presente. Uma fonte histórica se localiza no campo da experiência.

Como destacam Schimidt e Garcia (2005, p.303), há quatro formas da consciência histórica: a tradicional, em que há sentido de continuidade do passado; a exemplar, em que as experiências ditam regras de mudança e conduta humana; crítica, em que é possível formular pontos de vista através da comparação; e genética, em que os diferentes pontos de vista podem ser aceitos, buscando compreender a totalidade da complexidade da vida social. A perspectiva crítico-genética é aquela que supera as anteriores e permite que no processo da formação histórica, o indivíduo construa sua identidade a partir da união de três elementos: o saber, a práxis e a subjetividade. Nesse sentido, o saber diz respeito aos que é produzido historicamente e de forma coerente a própria teoria e metodologia, a práxis se relaciona à interpretação da vida e da realidade em seu entorno, enquanto a subjetividade represente a constituição do ser em torno desse processo. Para Rüsen, a formação histórica se efetiva quando o indivíduo tem sua subjetividade alterada no processo de interpretar o mundo a partir dos saberes históricos, o processo se concretiza dessa forma a partir da Didática da História.

Schimidt e Garcia (2005, p.303), ainda vinculam a teoria de Rüsen ao pensamento freireano<sup>5</sup> do construtivismo, realizando um paralelo entre a constituição da consciência histórica crítico-genética e a passagem da consciência ingênua para a crítica. Isso é possível, pois ambos têm como ponto fundamental a vida prática em vistas de perceber a mudança como algo possível:

Mudança temporal é despojada do seu aspecto ameaçador e se transforma no caminho em que estão abertas as opções para que a atividade humana crie um novo mundo. O futuro supera o passado em seu direito sobre o presente, um presente conceitualizado como uma intersecção, uma transição dinâmica. Assim, a consciência histórica passa a representar o passado como acontecimentos mutantes onde as formas mudam, paradoxalmente, para manter o seu próprio desenvolvimento. A própria permanência se torna dinâmica (SCHIMIDT; GARCIA, 2005, p. 304).

As dimensões práticas fazem nos questionar sobre como se dá a conexão da realidade vivida por quem tem o contato com uma fonte sobre o passado, tal qual os documentos produzidos pelos agentes do SNI, nesse sentido, entende-se que o âmbito escolar oferece espaço privilegiado para o trabalho na perspectiva da formação histórica – mas não pode ser encarado como único –, pode-se projetar, então, as possibilidades do trabalho com as fontes históricas sobre a ditadura militar no âmbito escolar no objetivo do desenvolvimento de uma consciência

<sup>5</sup> Do educador brasileiro Paulo Freire.

histórica que coloque o sujeito de forma crítica e interpretativa do documento e de sua própria realidade, os pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina (LERR-UEL) vinculados ao projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto *Opening the Archives* e da CIA (EUA)”, buscam formas de realizar atividades nesse âmbito. Até o momento já foram produzidos dois documentários a partir dos documentos do SNI e suas respectivas exposições, que aconteceram na estreia dos mesmos, foram levadas, posteriormente, às escolas de Londrina e região, buscando, nesse processo, contribuir com a educação acerca do tema da Ditadura Militar<sup>6</sup>. Nesse processo, para além do documentário, vislumbrou-se a importância de levar os documentos trabalhados impressos para que os alunos pudessem ter o contato, desenvolver interpretações e discutirem acerca deles.

Como pontua Caimi (2008, p. 130), “os dois campos – escolar e acadêmico – são portadores de dinâmicas próprias, as quais se relacionam com inúmeras instâncias e dimensões, de acordo com as finalidades e especificidades de sua atuação”. No processo da formação histórica é a aproximação de ambos que permite um ensino nos fundamentos da Didática da História ao mesmo tempo que entra em consonância com as políticas educacionais e propostas que entendem a centralidade da fonte e dos debates da renovação historiográfica e da pesquisa no campo da educação. Desenvolve-se, dessa forma, o ensino que preconiza:

O papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma (CAIMI, 2008, p. 141).

É necessário pontuar, também, como uma educação para consciência histórica exige uma mudança na própria formação dos professores que irão atuar dentro do espaço da sala de aula, nesse sentido, existem possibilidades de desenvolvimento tal qual a aula-oficina. A autora portuguesa Isabel Barca (2004, p. 132), explica que “Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas

---

<sup>6</sup> Os documentários foram produzidos a partir das fontes do SNI. Um deles, é intitulado “As terras do Paraná: conflitos sob o prisma dos arquivos inéditos do século XX (SNI-PR, *Opening the Archives* USA)” e o outro “Juventudes e Participação: os documentos inéditos do arquivo do SNI (PR) e desclassificados dos EUA/CIA”, este último se encontra disponível no canal do Youtube do “Práxis Itinerante”: [https://www.youtube.com/watch?v=bb3tp1FsIxw&t=24s&ab\\_channel=PraxisItineranteUEL](https://www.youtube.com/watch?v=bb3tp1FsIxw&t=24s&ab_channel=PraxisItineranteUEL)



e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação”. Isso se dá pois nela está colocada a necessidade da “interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado” (BARCA, 2004, p.133). O ponto central da aula-oficina é, justamente, a interpretação da fonte histórica, quando essas adentram a sala de aula e passam pelo processo de compreensão contextualizada para chegar, então, ao processo da comunicação, em que as interpretações e conteúdos são discutidos coletivamente. Esse processo permite que os vestígios do passado se integrem a realidade de alunos e professores, alterando suas subjetividades e, portanto, desenvolvendo a consciência histórica a partir de ideias históricas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento inicial, acerca dos movimentos que pediam intervenção militar no Brasil aclamando o período ditatorial, chegando ao ápice na tentativa golpista das invasões do 08 de Janeiro demonstram como as formas do desenvolvimento do conhecimento histórico e da consciência histórica em si, principalmente a crítico-genética, que se aproxima da ideia de consciência crítica de Paulo Freire e permite alterar a subjetividade daqueles que entram em contato com o saber, compreendendo-o como dimensões de sua vida e da sua realidade no movimento de interpretar e articular as experiências temporais, não se concretizam efetivamente em nossa sociedade. Responsabilizar apenas a forma como se dá o ensino, em questões metodológicas e da formação, é ignorar todas as relações de poder em torno desses movimentos e, também, das relações de poder na própria configuração da educação no Brasil; entretanto, repensar o estudo e aprendizado da história e toda a complexidade das relações sociais em seu entorno é uma das esferas que percebemos a necessidade de mudança, afinal, como destaca Rüsen (2001, p.94):

Sempre que a consciência histórica desempenha um papel público, não faltam historiadores dispostos e aptos a fazê-lo, inteira ou parcialmente. Pretendem, assim, estar investidos de uma autoridade fundada na pretensão racional da história como ciência. E se o pretendem com razão, então a racionalidade própria à história como ciência, em particular na lida prática com o saber histórico, tem de ficar patente. Esse patenteamento é o que faz a didática na teoria da história.

É nesse sentido que os esforços em articular a produção acadêmica e a educação, em nível escolar ou não, demonstra-se fundamental. Torna-se necessário que esses campos estejam

cada vez mais próximos e isso não é uma percepção nova, entretanto, as mudanças tardam em acontecer. A forma como o trabalho vem sendo desenvolvido pelo LERR-UEL no projeto que envolve os documentos do SNI e da CIA se demonstra como uma alternativa para essa aproximação nos princípios rüseneanos destacados anteriormente, isso, pois, desde o princípio, os documentos foram tomados como fontes que não diziam respeito à universidade, mas sim, a toda sociedade. Foi nesse sentido que, ao mesmo tempo que os documentos eram catalogados e os estudos eram feitos, as formas de comunicar sobre isso eram pensadas, elas não foram deixadas como um segundo plano em nenhum momento, dessa forma, produziram-se os dois documentários e suas respectivas exposições, que circulam as escolas de Londrina e região.

Os documentários, em sua constituição artística audiovisual de nível profissional, tornam-se o chamariz para que possamos discutir sobre a Ditadura Militar e, principalmente, contribuir para que esses conteúdos sejam percebidos como parte fundamental da nossa história cidadã no Brasil, estimulando o desenvolvimento de uma consciência histórica crítico-genética. Ao longo das visitas nas escolas, percebemos como indispensável levar as próprias fontes impressas; o trabalho, nesse sentido, busca se distanciar da ideia de que estamos falando de assuntos longínquos à realidade dos alunos e professores, exclusivo ao espaço da universidade, mas sim, documentos que tratam das mais diversas questões, espaços, pessoas e organizações presentes no cotidiano e que estão disponíveis a todos. Entende-se, dessa forma, que os princípios e atividades apresentados podem contribuir para a construção de uma realidade em que os usos do passado para movimentos antidemocráticos não possuam o espaço e a força, tal qual vemos nos últimos anos em nosso país.

## REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. I Plano Nacional De Desenvolvimento (PND): 1972-1974. **Diário Oficial**. 1971.

BRASIL. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. v.1. 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Último acesso em 22 de Janeiro de 2024.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina. Direitos humanos e democracia: A experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96. 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008.

CARVALHO, Igor. Na avenida Paulista, manifestantes pró-Bolsonaro pedem intervenção militar. **Brasil de Fato**. São Paulo (SP), 07 de junho 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/07/na-avenida-paulista-manifestantes-pro-bolsonaro-pedem-intervencao-militar>. Último acesso em 22 de janeiro de 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. **O Brasil Republicano**. Civilização Brasileira, Livro 4 (2a edição). Rio de Janeiro, 2007. p. 167-205.

**G1**. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. 08 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Último acesso em 22 de janeiro de 2024.

LANZA, Fabio. “Os Documentos Inéditos dos Arquivos do SNI (Paraná-BR), do Projeto *Opening The Archives* e da CIA (EUA)”, projeto aprovado junto ao CNPq e a Fundação Araucária (2021/2022).

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, José. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46 – 66, 2019.

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. **Cópia de documentos – Entidades de Proteção ao Índio, 26 de agosto de 1980**. ACT/ACE-569/80. Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

PIOVANI, Luan. **O Movimento Estudantil paranaense sob a ótica dos agentes do sistema de informação nacional no período ditatorial (1964-1985)**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2023.

**PODER360**. Manifestantes pedem intervenção militar em frente ao QG do Exército. 20 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-frente-ao-qg-do-exercito/>. Último acesso em 22 de janeiro de 2024.

RÜSEN, Jorn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: RÜSEN, Jorn. **História viva : formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília, UNB, 2007, v.3. p. 53-67.

RÜSEN, Jorn. O que é formação histórica? In: RÜSEN, Jorn. **Razão histórica : teoria da história, fundamentos da ciência histórica**. Brasília, UNB, 2001. p. 95-120.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a Comunidade de Informações na Ditadura civil-militar brasileira. **Revista Angelus Novus**, nº 5, junho de 2013.

SCHMIDT, M. A. M. S; GARCIA; T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cadernos Cedex** (Centro de Estudos Educação e Sociedade), Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000300003>